



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11114 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 05 - Estado e Política Educacional

Autonomia e participação docente: uma discussão sobre os conceitos

Mara Rubia Santos Souza - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Valéria Peres Asnis - UFU - Universidade Federal de Uberlândia

Marcelo Soares Pereira da Silva - UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

AUTONOMIA E PARTICIPAÇÃO DOCENTE: UMA DISCUSSÃO SOBRE OS CONCEITOS

Introdução

O presente trabalho faz parte de uma dissertação de mestrado, em construção, e busca compreender as ideias dos pesquisadores que engendraram, discutiram e problematizaram seus estudos acerca da autonomia e da participação docente, bem como relacionar essas categorias com o campo da educação.

Ao longo da história, o conceito de autonomia fora objeto de estudo em distintas épocas sociais, o qual alcança seu apogeu no Iluminismo, movimento filosófico em que emergem as discussões inerentes ao tema, por meio das elaborações teórico-filosóficas de Immanuel Kant e outros pensadores. Segundo Kant (1985) a autonomia possui uma relação direta com a liberdade do sujeito. Nessa perspectiva, se voltarmos nossa atenção ao campo educacional, perceberemos que Kant (1999) concebe o homem como ser capaz de alcançar sua autonomia por meio da educação e, desta forma, ela passa a ser vista como emancipadora.

Nessa época presenciamos a efervescência de produções acadêmicas que, em conformidade com Cambi (1999), os intelectuais e suas obras possuíram relevância social no sentido de impulsionar movimentos afins à formação da consciência crítica e até mesmo reformas, tornando-se importantes para a educação e o progresso da sociedade. De acordo com Martins (2001) o iluminismo também marca o surgimento das teorias liberais e

democráticas, o que impulsionou o engendramento do capitalismo, acarretando profundas transformações na sociedade do século XIX, dentre elas, discussões acerca da participação. Essa temática possui origem nos estudos de Rousseau, o qual, em conformidade com Pateman (1992), estabelece sua teoria na concepção de uma individualidade do cidadão para o processo de participação política. A autora assinala, ainda, que o sistema ideal para Rousseau prevê que este conduza o sujeito à uma “ação responsável, individual, social e política como resultado do processo participativo” (p. 38).

Pensando as categorias autonomia e participação, para a realidade brasileira, observamos que “a dificuldade em construir uma participação efetiva consiste em experiências históricas pautadas em valores autoritários aliados a falta de uma conscientização política [...] e uma herança clientelista baseada no autoritarismo e na delegação de poder” (SILVA, 2018, p. 185). Entretanto, no século XX presenciamos, a partir das lutas populares e seus movimentos sociais, transformações que ocorreram nos diversos contextos da sociedade. Conforme Assis e Gohn (2020) podemos destacar que a década de 1980 representou um marco na história da política brasileira e da participação social, uma vez que com o término do regime militar e com a promulgação da Constituição de 1988 os direitos civis, políticos e sociais puderam ser restaurados.

Na visão de Chauí (2009) o que se faz necessário é uma participação popular, cujas leis, normas e regras possam ser constituídas a partir da participação democrática “como ato político efetivo que aumenta à medida que há a criação de um novo direito. Se isto é democracia, podemos avaliar quão longe dela nos encontramos, pois vivemos numa sociedade oligárquica, hierárquica, violenta e autoritária” (p. 58). Na concepção de Freire (2016) a constituição da democracia está circunscrita na participação de todos para que esta não se faça de forma “puramente convencional, que fortifica o poder dos poderosos [...] uma democracia fundada na ética do mercado que, malvada e só se deixando excitar pelo lucro, inviabiliza a própria democracia” (p. 665).

Em se tratando da educação, Gohn (2011, p. 346) afirma que em tempos revolucionários, esta possui um papel primordial, já que “lutas pela educação envolvem lutas por direitos e fazem parte da cidadania. [...]”.

Desenvolvimento

A partir do breve esboço histórico realizado, consideramos que a autonomia e a participação docente revelam para este estudo categorias de fundamental importância. Portanto, a seguir, iremos ampliar a discussão e abordá-las também por meio das pesquisas que autores contemporâneos realizaram acerca destas temáticas. Dentre eles salientaremos as obras de Freire (1996, 2001, 2013, 2016) e de Contreras (2012), por constituírem importantes escritores que se debruçaram sobre a análise dos mesmos, tomando-os como valiosas propriedades do ato educativo.

De acordo com Freire (1996) o processo de ensino e aprendizagem ocorre de forma

dialética e simultânea, por isso, ele nos conclama a “pensar certo” de que a autonomia não é algo individual. Segundo o autor

Um esforço sempre presente à prática da autoridade coerentemente democrática é o que a torna quase escrava de um sonho fundamental: o de persuadir ou convencer a liberdade de que vá construindo consigo mesma, em si mesma, com materiais que, embora vindo de fora de si, reelaborados por ela, a sua *autonomia*. É com ela, a autonomia, penosamente construindo-se, que a liberdade ou preenchendo o “espaço” antes “habitado” por sua *dependência*. Sua autonomia que se funda na *responsabilidade* vai sendo assumida. (FREIRE, 1996, p. 93, 94, Grifos do autor).

A questão da liberdade constitui para Freire (2013) um movimento de constante busca, é movimento de luta pela transformação da realidade opressora. Nesse sentido, os educadores que possuem em seu contexto de trabalho comunidades que pertencem aos extratos baixos da sociedade, precisam estar atentos ao ofício provocador de consciência que lhes cabem e, deste modo, contribuir para que estes indivíduos possam abandonar o determinismo imposto pelos opressores de sua condição de oprimidos e substituí-lo “por sua autonomia e sua responsabilidade” (Freire, 1996, p. 84).

Se a autonomia no contexto freireano inspira ações de participação, compreendida como a tomada de postura e a inserção ativa das classes populares na História, a participação sob a visão de Freire (2001) transpõe os limites que a caracterização ou a reprodução as impõe diante de uma sociedade estratificada. Essa, assume um lugar em que os indivíduos não terão espaço de decisão apenas em momentos pontuais e concedidos, pois “a participação popular para nós não é um slogan mas a expressão e, ao mesmo tempo, o caminho de realização democrática.” (p. 75), assim estaremos comprometidos com a superação das práticas humanas autoritárias e elitistas.

Da mesma forma que Freire, Contreras (2012) entende que a autonomia se constitui no fazer coletivo e salienta o quanto a proletarização, um fenômeno histórico presente também no campo educativo, constituiu influência direta na perda da autonomia de professores, uma vez que advindo dos processos de mecanização e especialização da força trabalhista, trouxe transformações no currículo como a fragmentação do trabalho do professor e propiciou um maior controle sobre suas atividades. Além disso, os princípios da racionalidade técnica intensificaram o trabalho docente e provocaram desdobramentos no cotidiano escolar como a cisão entre elaboração e realização do ensino, acarretando maior regulamentação e, por conseguinte, sua instrumentalização.

Na compreensão do referido autor, a autonomia docente se faz presente conforme as características deste, visto sob as perspectivas do profissional técnico (na qual o professor de posse de seu conhecimento poderia diligenciar sobre sua prática educativa, apenas do ponto de vista da execução), do professor reflexivo (a partir de um exercício contínuo de reflexão, sendo o diálogo o elo que propiciará a autonomia não só para os professores, mas socialmente participada) e do intelectual crítico (caracterizado pela postura investigativa da realidade

mantendo uma relação ativa com o viés da emancipação, no qual a autonomia está relacionada às interlocuções sociais que se manifestam no contexto escolar). Dessa forma, a autonomia está longe de ser uma condição individual, pois “como qualidade deliberativa da relação educativa, se constrói na dialética entre as convicções pedagógicas e as possibilidades de realizá-la, de transformá-las nos eixos reais do transcurso e da relação de ensino” (CONTRERAS, 2012, p. 217).

Apesar do exposto acima, o autor afirma que presenciamos, nos sistemas educacionais, uma contraditória realidade os quais são afetados diretamente pela crescente onda neoliberal que minimiza as ações de bem-estar social do Estado e as recondiciona a uma realidade de mercadorização destes em serviços e que distancia professores, escolas e comunidade de alcançarem semelhante democratização e por conseguinte, a autonomia. Nessa perspectiva, as políticas de descentralização são utilizadas como discurso para perfilar os aspectos inerentes ao campo da educação e associá-los à lógica empresarial, incitando a competitividade e o individualismo (CONTRERAS, 2012). O autor acredita que é possível a construção da autonomia, mas somente se esta estiver uníssona a um projeto democrático de educação, num trabalho que prima pela cooperação e consonância entre a autonomia do professor e a autonomia social.

Conclusão

Diante da discussão apresentada, depreendemos que o termo autonomia guarda relação com distintos contextos sócio-histórico e culturais, assinalado principalmente pelo delineamento educacional que por intermédio de acordos políticos forjaram novas formas de se conceber a educação e o trabalho docente. Dessa forma, coadunamos com a concepção de Freire (1996) ao elucidar que o ato educativo é um ato político, pois não há neutralidade quando vivemos no grupo social, assim, acreditamos que enquanto sujeitos percebemos as transformações da realidade, não apenas para acomodá-las, mas com vistas a participar e intervir nesta, buscando novos saberes.

Palavras-Chave: Autonomia. Participação. Educação.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, T. C. de; GOHN, M. da G. Educação e participação: uma investigação das perspectivas teóricas brasileiras. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 36, n. 1, p. 216–240, 2020. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/100922>. Acesso em: 25 maio. 2022.
- CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. Trad. Álvaro Lorencini. São Paulo: UNESP, 1999.
- CHAUI, Marilena. **Cultura e Democracia**. Salvador: Secretaria de Cultura, Fundação Pedro Calmon, 2009.
- CONTRERAS, J. C. **A autonomia de professores**. Trad. Sandra Trabucco Valenzuela. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2012.
- FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo:

Paz e Terra, 1996.

_____. **A educação na cidade**. São Paulo: Cortez, 2001.

_____. **Pedagogia do oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013. [recurso eletrônico].

_____. **Pedagogia da indignação**: cartas e outros escritos. FREIRE, A. M. (org) 1ª ed. São Paulo: Paz e Terra, 2016. [recurso eletrônico].

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. **Revista Brasileira de Educação**, v. 16, n. 47, p. 333-361, 2011. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>. Acesso em: 7 jun 2022.

KANT, Immanuel. **Textos seletos**. Ed. bilingue. Trad. Raimundo Vier; Floriano de Sousa Fernandes. 2ª ed. Vozes: Petrópolis, 1985.

KANT, Immanuel. **Sobre a Pedagogia**. Trad. Francisco Cock Fontanella. 2ª ed. Piracicaba: Ed. Unimep, 1999.

MARTINS, A. M. **Autonomia e gestão da escola pública**: entre a teoria e a prática. Tese de Doutorado Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Faculdade de Educação. Campinas, S. P., 2001.

PATEMAN, C. **Participação e teoria democrática**. Trad. Luiz Paulo Rouanet. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992

SILVA, N. da C. **Educação e participação**: tendências e caminhos para uma gestão democrática. *Revista Educação e Ciências Sociais*, v.1, n.1, p. 182-192, 2018. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/cienciassociais/article/view/5451>. Acesso em 25 maio. 2022.